

PERÍODO JOANINO NO BRASIL – EFEITOS E REAÇÕES NAS CAPITANIAS DA BAHIA, DE PERNAMBUCO E DO RIO DE JANEIRO.

Valdemiro Rodrigues da Silva

Mestrando em História (PPGH-UNICAP)

valdemirodasilva@gmail.com

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

O presente artigo tem por finalidade analisar o período de 1808 a 1821, mais conhecido como período joanino, numa alusão ao tempo em que o príncipe regente D. João de Bragança (aclamado rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve em 1818, quando passou a ser chamado de D. João VI) esteve no Brasil, após trasladação da sede da corte imperial portuguesa para o Brasil (colônia americana de Portugal). A partir da releitura da historiografia especializada, intentamos apresentar as vantagens e os pontos negativos desse período para o Estado Brasileiro. Enfatizaremos ainda os vários acontecimentos na capitania/província de Pernambuco, notadamente as querelas políticas entre o governador da capitania e o governador geral do Estado Brasileiro, os levantes e insurgências que culminaram na revolução de Pernambuco de 1817.

Palavras-chave: Período joanino no Brasil; Trasladação da Corte Imperial Portuguesa para o Brasil; Revolução Pernambucana de 1817.

Para entender o período joanino é necessário que se faça uma imersão acerca do traslado da corte imperial portuguesa para o Brasil, fato que se iniciou em novembro de 1807 e findou em março de 1808. É salutar também que se analisem as causas principais e secundárias e as consequências políticas e administrativas desse acontecimento.

Nesse trabalho, trataremos do evento mais importante para o desenvolvimento e para a independência do Brasil: a vinda da corte real portuguesa para o Brasil. Demostraremos que, embora o príncipe regente D. João de Alcântara (coroado Rei D. João VI de Portugal, em 1818) simpatizasse com a ideia de transferir a administração do império português para a sua colônia americana (Brasil), por ser infinitamente maior e mais rica, a ideia não nasceu de uma vontade sua, mas de conselheiros seus, que gozavam da sua confiança.

Veremos ainda, que poderes de fora dos seus domínios (Napoleão Bonaparte, Imperador da França) forçaram-no a abandonar o seu reinado de origem para se refugiar na colônia ultramarina, onde precisou criar estruturas para abrigar a corte e outros departamentos trasladados às pressas, de navio, numa viagem que durou aproximadamente dois meses.

Analisaremos também que, mesmo na colônia, nunca houve centralização do poder soberano. O príncipe regente era representado pelo Vice-rei, que exercia o poder de Governo Geral e os governadores ou presidentes das capitanias (mais tarde, províncias), que exerciam poderes regionais, dentro dos limites traçados pelo soberano (VARNHAGEM, 1956, P. 232).

Por fim, faremos um resumo dos acontecimentos na capitania de Pernambuco, as querelas travadas entre o governador da capitania de Pernambuco e o governador geral do Estado Brasileiro, centralizado incialmente em Salvador e depois no Rio de Janeiro: os levantes, os protestos, os conflitos de poder que conduziram à revolução de Pernambuco de 1817.

A partida da Corte Imperial de Portugal rumo ao Brasil – Fuga ou manobra política?

A partida da corte real portuguesa para o Brasil ocorreu em 29 de novembro de 1807 e a comitiva da família real aportou em Salvador - BA, em 22 de janeiro de 1808. As demais embarcações que compunham a frota aportaram no Rio de Janeiro, para onde a família real seguiria dias depois.

Há muitas controvérsias acerca da vinda da família real para o Brasil, associadas ao clima político de momento vivido na Europa, bem como às imposições impingidas por Napoleão Bonaparte às nações europeias em detrimento da Inglaterra (bloqueio continental), com vistas a ampliar seus domínios no continente europeu.

Há quem defenda que a vinda da corte imperial portuguesa caracteriza uma fuga, dada a conhecida supremacia do potencial bélico do exército de Napoleão Bonaparte, salvaguardando assim as vidas dos integrantes da família Real, bem como, para manter íntegro o poder da coroa portuguesa, que seria gerido a partir da América Portuguesa (Brasil).

É nessa linha de pensamento que boa parte dos livros didáticos do ensino de base apresenta esse capítulo importante da história do Brasil para os estudantes.

Por outro lado, há uma corrente que trabalha com a ideia de manobra ou estratégia política. Uma decisão pensada e planejada de longa data e a pressão napoleônica só acelerou o momento da tomada de decisão.

Para o historiador pernambucano, Manuel de Oliveira Lima, D João arquitetara a transferência da Corte Portuguesa para a América Brasil, em plano traçado muito antes das desavenças entre Portugal e França e das ameaças impingidas por Bonaparte (LIMA, 1996, p. 43).

Portanto, o momento escolhido para a vinda da família real para o Brasil pode até ter sido impulsionada ou acelerada pela invasão das tropas napoleônicas ao território de Portugal, mas não se pode afirmar que a invasão tenha inspirado o príncipe regente D. João a transferir a corte inteira para o Brasil.

Com a trasladação da corte portuguesa para o Brasil, vieram: príncipe, rainha, nobres, juízes, funcionários públicos, autoridades eclesiásticas, famílias fidalgas, etc, com um número estimado de 15.000 a 20.000 pessoas. No campo das instituições, foram transferidas para o Brasil: arquivos, bancos, biblioteca, portos e outras estruturas portuguesas de gestão pública de atividades civis e militares.

Estima-se em torno de 30 navios de transporte de passageiros e de cargas a frota utilizada para fazer o traslado das estruturas já mencionadas, contando, ainda, com a escolta de fragatas inglesas, responsáveis por fazer a segurança.

Dada a magnitude da estrutura deslocada de Portugal para o Brasil, é pouco crível que o plano de transferência da corte tenha sido pensado e executado durante a invasão das tropas de Napoleão em solo português. Pelo contrário, quando as tropas adentraram em Portugal, pelo norte do país, a comitiva de Portugal já estava em alto mar do Oceano Atlântico, a caminho do Brasil.

Naquele momento político, não se podia exigir atitudes diferentes de D. João. Comparado às potências europeias, Portugal era muito acanhado em termos territoriais. No campo das forças militares, melhor sorte não o socorre. Os conselheiros do Príncipe Regente D. João não lhe contavam mais de 15 mil soldados na ativa, aptos a enfrentar o exército napoleônico (Lima, 1996, p. 44/45).

Em matéria de aconselhamento, D. João esteve sempre bem servido, tanto do contra, quanto em pro da trasladação da corte portuguesa para a colônia Brasil.

Em carta escrita ao príncipe regente D. João de Bragança, a 30 de maio de 1801, D. Pedro Miguel de Almeida, Marquês de Alorna, já chamava a sua atenção para os parcos recursos de que dispunha Portugal para defender o seu território e a sua nobreza. O cenário político do século XIX já não era mais aquele vivenciado no século XVI, quando a França nutria interesses pela Espanha, mas que não se interessava por Portugal, possivelmente em razões da sua parca dimensão territorial, (Lima, 1996, p. 44/45).

Em sua carta o Marquês de Alorna foi bem enfático nos seus aconselhamentos, sempre com os olhos voltados para o Brasil, como tábua de salvação da coroa portuguesa:

> "A balança na Europa está tão mudada que os cálculos de há 10 anos saem todos errados na era presente. Em todo o caso o que é preciso é que V.A.R. continue a reinar, e que não suceda à sua coroa, o que sucedeu à de Sardenha, à de Nápoles e o que talvez entra no projeto das grandes potências que suceda a todas as coras de segunda ordem na Europa. V.A.R. tem um grande império no Brasil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez que trema e mude de projeto, se V.A.R. o ameaçar de que se dispõe a ir ser imperador naquele vasto território adonde pode facilmente conquistar as colônias espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as potências da Europa. Portanto, é preciso que V.A.R. mande armar com toda a pressa todos os seus navios de guerra e todos os de transporte, que se acharem na Praça de Lisboa – que meta neles a princesa, os seus filhos, e os seus tesouros, e que ponha tudo isto pronto a partir sobre a Barra de Lisboa, e que a pessoa de V.A.R. venha a esta fronteira da Beira aparecer aos seus povos e acender o seu entusiasmo. Talvez que esta aparência imponha ao inimigo. Se não impuser, e nos atacarem, apesar de tudo brigaremos como desesperados; talvez que por excesso de furor cheguemos a ser vitorioso, apesar de nos faltarem os meios – mas se formos vencidos, sempre podemos cobrir a retirada de V.A.R., e então V.A.R. parte com toda a sua família para os seus estados do Brasil, e a nação portuguesa sempre ficará sendo nação portuguesa, porque ainda que estas cinco províncias padeçam algum tempo, debaixo do julgo estrangeiro: V.A.R. poderá criar tal poder que seria fácil resgatá-las, mandando aqui um socorro, que junto com o amor nacional se liberte de tudo. Dizem que é mau visto todo homem que aconselhe isto a V.A.R., mas como assento que é a melhor coisa que lhe posso dizer, digo-lha. E V.A.R. fará de mim o que quiser, porque em tudo e por tudo sou eu, e se V.A.R. tomar este partido, o que lhe posso segurar é, que se me não matem nesta guerra, deixarei tudo quanto cá tenho, e para lá o vou servir." (Arq. Púb. do Rio de Janeiro, *In Lima, 1986, p. 45).*

A guerra a que aludiu o Marquês de Alorna ficou conhecida como a "guerra das laranjas". Teve lugar a 2 de março de 1801 uma declaração de guerra de Espanha a Portugal, no contexto da luta que opunha a chamada Segunda Coligação, onde se incluía a Inglaterra, à França de Napoleão. Não se tratava, portanto, de um conflito real entre Portugal e a Espanha, mas sim de uma divergência nos respectivos alinhamentos internacionais: Espanha, que era aliada da França e Portugal, cujos interesses dependiam da aliança inglesa, era pressionada a rejeitar a Inglaterra e a aderir à estratégia de Napoleão. Segundo relatos de historiadores, Manuel Godoy, embaixador da Espanha em Lisboa, teria enviado para a rainha da Espanha um ramo de laranjeiras durante o cerco montado à cidade de Elvas. Esse evento teria dado nome ao conflito.

Apesar dos alertas feitos pelo Marquês de Alorna quando à fragilidade dos meios de defesa que Portugal dispunha, o que se concretizou na prática, Portugal enfrentou as tropas espanholas. Contudo, dadas as circunstâncias já apontadas, o conflito durou menos de 20 dias, com o domínio pleno das forças espanholas. No entanto, acordos bilaterais entre Espanha e Portugal puseram fim ao cerco militar montado a Portugal, incluindo a

devolução dos territórios ocupados. A guerra declarada pela Espanha não tinha viés de ocupação territorial, mas objetivos políticos voltados à adesão ao projeto napoleônico.

Não obstante o cessar-fogo aparente, a sanha napoleônica estava apenas começando e Portugal continuava na mira do imperador francês.

Em 1803, Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa, primeiro conde de Linhares do título moderno, avivou a proposta de mudança da sede da monarquia ao príncipe regente D. João de Bragança, donde não poupou zelo e minúcias no seu escrito:

> "Quando se considera que Portugal por si mesmo muito defensável, não é a melhor, e mais essencial parte da monarquia; que depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda esta ao seu soberano, e aos seus povos o irem criar um poderoso império no Brasil, donde se volte a reconquistar, o que se possa ter perdido na Europa, e onde se continue uma guerra eterna contra o fero inimigo, que recusa reconhecer a neutralidade de uma potência, que mostra desejar conservá-la. Quaisquer que sejam os perigos, que acompanhem uma tão nobre, e resoluta determinação, os mesmos são sempre muito inferiores aos que certamente hão de seguir-se da entrada dos franceses os portos do reino, e que ou hão de trazer a abdicação de V.A.R. à sua real coroa, a abolição da monarquia, ou uma opressão fatal, qual a que geralmente se diz, que experimentam os napolitanos e a dilaceração dos vastos domínios da coroa de V.A.R. nas ilhas contíguas a Europa, na América, na África e na Ásia, procurada pelos ingleses, para se indenizarem pela falta de comércio com Portugal e para se apropriarem das produções de tão interessantes domínios ultramarinos, que temerão os franceses queiram fazer seus, e assim o exijam de um soberano, que conservarão preso, e pelo qual farão sancionar tudo o que quiserem e lhes convier, ou dirão eu assim o fizeram, ainda que não possam conseguir semelhantes concessões." (Bibl. Nac. do Rio de Janeiro, In: Lima, 1986, p. 44).

A situação de D. João, apesar de delicada, diante da pressão política exercida por Napoleão Bonaparte, tinha suas vantagens, se comparada aos demais monarcas europeus: quando Napoleão Bonaparte ocupou a capital da Prússia, em 1807, o rei fugiu, para evitar uma rendição; o rei da Espanha adotou postura diversa, curvando-se diante de Napoleão, a quem reivindicou seu apoio; o governador holandês se refugiou em Londres; o rei da duas Sicílias perdeu Nápoles; o soberano do Piermonte foi confinado em Cagliari (CABRAL, 2013, P. 71). Portugal tinha possessões na Europa, na América, na África e na Ásia, para onde poderia partir, sendo o Brasil a opção mais vantajosa, primeiro por ter maior vastidão territorial, depois por ser a mais promissora para a formação de um novo império.

Aqui cabe um parêntese para enfatizar o ineditismo desse acontecimento, pois, antes de D. João, na história das colonizações modernas, não há registros de um monarca ter saído da sua metrópole e se fixar na colônia.

Vale ressaltar ainda, que ao deixar Portugal, trazendo toda a estrutura administrativa do reino, D. João passou à condição de colono de si mesmo pois, durante a

transição da mudança de Lisboa até definir a cidade do Rio de Janeiro como capital, o reino permaneceu sem sede.

A chegada da corte imperial de Portugal ao Brasil

Após quase dois meses navegando em águas do Oceano Atlântico, as embarcações com a comitiva da família real aportou em Salvador-BA, em 22 de janeiro de 1808. Politicamente, o evento significava a transferência do governo de Portugal e de suas colônias para o território brasileiro.

O Estado português estava, então, sob a regência do príncipe D. João de Bragança, uma vez que a rainha Maria 1ª, sua mãe, encontrava-se afastada do trono desde 1792, devido a problemas de saúde mental.

Historiadores divergem sobre as razões da chegada da família imperial ter ocorrido em Salvador e não no Rio de Janeiro, como o fez o restante dos navios que compunham a frota. Uns falam em erro do navegador, com a separação do restante da frota e seguindo rumo ao Nordeste. Outros defendem que a mudança de rumo foi determinada pelo príncipe regente, sob o pretexto de descansar um pouco da viagem, longe das agitações esperadas na cidade do Rio de Janeiro e para ter um encontro com as elites locais.

Apesar de inesperada, a chegada do príncipe regente em Salvador foi recebida com muita festa e entusiasmos. O príncipe, pessoalmente, ficara impressionado com as dimensões das riquezas e da cordialidade do povo que o recepcionou. Os comerciantes locais propuseram a D. João estabelecer a corte em Salvador. Em troca, prometeram construir um pomposo e magnífico palácio real (Lima, 1996, p. 67). Os desejos dos colonos, no entanto, não foram atendidos, pois D. João já intencionava adotar a cidade do Rio de Janeiro como sede do império.

O papel do príncipe regente foi fundamental para a transformação da vida no Brasil da época, a partir do momento em que desembarcou na Bahia.

Foram apenas 34 dias em Salvador. O breve tempo, porém, não impediu D. João de tomar decisões fundamentais para destravar a economia brasileira e promover o crescimento da cidade que, até 1763, foi a primeira capital do Brasil.

Em território brasileiro, a primeira medida importante tomada por D. João VI foi editar Carta Régia, determinado a abertura dos portos às nações amigas. Essa medida resultou no fim do pacto colonial entre Portugal e Brasil, o qual obrigava que todo produto exportado da colônia Brasil, deveria passar pela alfândega de Portugal.

Esse fato é considerado para muitos historiadores como o 1º passo dado para a independência do Brasil. O exclusivismo comercial do colonizador foi rompido com essa histórica abertura dos portos brasileiros às nações amigas (de Portugal) e com isso a comercialização dos produtos brasileiros não se submetia mais à autoridade da alfândega portuguesa.

Era o fim do monopólio comercial português com o Brasil. A medida permitiu que navios mercantes estrangeiros atracassem livremente nos portos brasileiros. O país passou a se beneficiar do comércio direto com a Inglaterra. Terminava o Pacto Colonial. A decisão tem caráter histórico também por ser a primeira Carta Régia promulgada em território brasileiro, a 28 de janeiro de 1808 (LIMA, 1996, p. 239).

Embora alguns historiadores defendam que com a decisão de abrir os portos brasileiros às nações amigas D. João quisera beneficiar a Inglaterra, nosso sentimento é o de que a abertura dos portos era mais um item que compunha o combo 'trasladação da corte imperial'. Na essência, D. João apenas reativara o funcionamento dos portos do reino, ou seja, fez funcionar a primeira das grandes estruturas trasladada de Portugal para o Brasil. O maior beneficiário dessa manobra político-administrativa foi o próprio Brasil, que passou a exportar seus produtos sem submissão à alfândega portuguesa.

Os instrumentos voltados a beneficiar especificamente a Inglaterra, viriam mais tarde, em 1810, com a expedição do Tratado de Comércio e Navegação e do Tratado da Aliança e Amizade, dos quais falaremos depois.

Em Salvador, D João também fundou a Escola de Cirurgia da Bahia, embrião para a criação da primeira faculdade de medicina do Brasil. Erguida ao lado do Colégio dos Jesuítas (atual Catedral Basílica de Salvador), no Terreiro de Jesus, a Escola de Cirurgia - mais tarde Faculdade de Medicina - funcionou por mais um século no mesmo local, até ser incorporada pela UFBA (Universidade Federal da Bahia). Dois séculos depois, a obra deixada por D. João não perdeu o seu charme - suas salas centenárias abrigam grande parte do acervo da história da medicina do Brasil.

Antes de seguir para o Rio de Janeiro - o que aconteceu no dia 24 de fevereiro de 1808 - D. João ainda autorizou a criação de indústrias de vidro, pólvora, tabaco e colheita de algodão. Naquele começo de século XIX, o setor industrial brasileiro não passava de uma miragem por três motivos básicos: a mentalidade escravocrata dos empresários, a falta de capital para investimento na expansão dos negócios e a concorrência inglesa.

D. João finalmente aportou no Rio de Janeiro, em 08 de março de 1808. Foi um dia festivo e chuvoso. Diferentemente da sua chegada em Salvador, que se deu de forma inesperada, sua ida ao Rio de Janeiro foi planejada. O Vice-rei cuidou de todos os detalhes e preparou os súditos para receberem a autoridade real com muito entusiasmo e muita festa (Lima, 1996, p. 65).

Afora as recomendações do Vice-rei, a euforia do povo era de certa forma espontânea. Os rumores dos conflitos na Europa, envolvendo Portugal, já eram conhecidos na colônia e o povo temia por uma dominação da França sobre Portugal, com consequências negativas em desfavor do Brasil (Lima, 1996, p. 67). A chegada de D João à cidade do Rio de Janeiro trazia algum alento aos citadinos, o que justificava, em parte, a euforia na recepção.

Ainda encantado com o que vivenciou em Salvador, onde se estabeleceu por 34 dias e foi festejado e aplaudido pelos populares e abraçado pelos negociantes locais, no Rio de Janeiro além do povo comum, somavam-se magistrados, monges, funcionários, já residentes no Brasil, bem como inúmeras pessoas vindas de Portugal e que chegaram ao Rio de Janeiro mais cedo que a família real, em razão da já falada parada feita em Salvador.

Ao se fixar na cidade do Rio de Janeiro, esta passa a ser a sede da coroa portuguesa, de onde seria gerido não só Portugal e Brasil colônia, mas todo o reino de Portugal, que contava também com possessões nos continente africano e asiático.

Além das estruturas portuguesas trasladadas para o Brasil, ao aportar no Rio de Janeiro, D João apressou-se em estruturar a cidade, criando várias instituições, tais como: o Conselho de Estado, Real Hospital Militar, Casa da Moeda, Banco do Brasil, Jardim Botânico, Imprensa Real, Academia de Belas Artes, Teatro Real, Biblioteca Real, etc.

A fixação da família real na cidade do Rio de Janeiro definitivamente deu à cidade o status de metrópole, pois, enquanto esteve como capital do Estado Brasileiro deixou muito da desejar e perdia de goleada em termos de desenvolvimento para Salvador e Recife. As construções que se seguiram, para abrigar as estruturas de governo e de gestão e a vinda contínua de estrangeiros para fazer negócios ou simplesmente de passagem, fizeram com que a população mais que dobrasse em 1808 e 1817 de cerca de 50 mil para 110 mil “almas”, nos dizeres de Oliveira Lima.

Dom João tomou outras decisões igualmente importantes para o desenvolvimento do Brasil. Na verdade, a presença da corte portuguesa no país acelerou o processo que resultou na Independência do Brasil, proclamada pelo herdeiro de D João VI, D. Pedro I. Isso, porém, já é outro capítulo da história do Brasil.

Em 1810, D. João expede dois tratados, visivelmente, favorecendo diretamente a Inglaterra. Conforme visto acima, a vinda da corte portuguesa para o Brasil só foi possível graças ao apoio logístico e bélico da Inglaterra. Contudo, essa ajuda não foi de toda despretensiosa. Naquele período o forte da Inglaterra era o comércio marítimo, dado ao favorecimento da sua posição geográfica no continente europeu.

Com isso, ao apoiar Portugal nas suas decisões e oferecer segurança, tanto em solo europeu, quanto no seu deslocamento para a América portuguesa (Brasil), já era de se esperar que houvesse acordos nos bastidores que recompensassem os custos suportados pela Inglaterra na sua missão de garantidora da integridade do território e do poder soberano da coroa portuguesa.

Essa recompensa veio com os já falados tratados de 1810:

- Tratado de Comércio e Navegação – uma espécie de complemento à abertura dos portos às nações amigas. É por meio desse tratado que Portugal estabelece privilégios à Inglaterra. De acordo com o seu teor, as mercadorias inglesas que adentrassem no Brasil

pagaria 15% (quinze por cento) de tributos, ao passo que as mercadorias portuguesas (país colonizador) eram tributados em 16% (dezesseis por cento). Por sua vez, as demais "nações amigas", pagariam 24% (vinte e quatro por cento).

- Tratado da Aliança e Amizade – Esse tratado foi igualmente expedido especificamente para fixação de privilégios à Inglaterra e aos ingleses. Dentre os principais privilégios criados, podemos citar: a criação de foro especial para os ingleses; se um inglês viesse a cometer crime no Brasil, seria submetido a julgamento por juízes ingleses, conforme as leis inglesas vigentes; ficou estabelecida a liberdade de culto para os ingleses protestantes no Brasil. Na Inglaterra os protestantes sofriam perseguições.

Os dois tratados foram celebrados em um mesmo momento, em língua portuguesa e inglesa. Continha trinta e quatro artigos e foram assinados pelos cinco governadores (plenipotenciários) do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 19 de fevereiro de 1810, impresso em Londres e publicado em Lisboa e no Rio de Janeiro, na imprensa régia.

Com esses tratados, Portugal finalmente saldava a sua dívida com a Inglaterra e continuaram sendo parceiros comerciais e na política.

A Capitania de Pernambuco Durante os Acontecimentos

A capitania de Pernambuco sempre esteve na vanguarda dos movimentos políticos e sociais e as ordens reais nem sempre foram bem aceitas no seio da elite pernambucana.

As tensões entre o governador geral do Brasil e o governador da capitania de Pernambuco remontavam da segunda metade do século XVII. Os motivos eram vários: desde a disputa pelos postos de relevância política e militar, passando também por insatisfações com a cobrança exorbitante de tributos.

A capitania de Pernambuco figurava entre as que mais davam lucros, ao lado da capitania de São Vicente, em São Paulo. Essa condição contribuía para a formação de uma elite forte e atuante que lutava por mais prestígios junto à coroa e por vezes suas rebeldias e insurgências nem sempre eram repreendidas na forma com seria em outras praças.

O enfrentamento aos holandeses e a expulsão destes em 1654 elevaram a capitania de Pernambuco a outro patamar. O governador da capitania chegou a receber uma comenda do rei e uma espécie de blindagem, no que tange às questões políticas. Com isso, nos assuntos de relevância política o governador da capitania de Pernambuco trataria diretamente com a coroa.

Essa confiança interna de não ter que se submeter às ordens do governo geral do Brasil deu origem a conflitos de jurisdição entre o governo de Pernambuco e o governo

geral do Brasil, inicialmente sediado na Bahia e, depois, no Rio de Janeiro (ACIOLI, 1987, p. 81).

Francisco Barreto, citado por Acioli, defende que as atitudes despóticas de André Vidal, a época governador da capitania de Pernambuco, decorreram do fato dele ter ocupado o cargo de capitão general do Estado do Maranhão, a quem era conferidos privilégios similares ao de governador geral. Barreto, no entanto, entende como descabido o uso dessa prerrogativa porque, para ele, "as preeminências acompanham os postos e não as pessoas que as ocupam" (ACIOLI, 1997, P. 82).

Sejam lá quais foram as motivações, fato é que André Vidal não reconhecia a autoridade de Francisco Barreto como governador geral do Estado do Brasil.

Após a invasão dos holandeses a Pernambuco e o incêndio à Vila de Olinda, a administração da Capitania de Pernambuco foi transferida para Recife, por Maurício de Nassau. Essa condição permaneceu até o início da segunda metade do século XVII. Em 1657, o governador da capitania de Pernambuco, André Vidal, mudou a sede do governo da província para Olinda, sem consulta prévia ou comunicação ao governo geral do Brasil, mesmo sabendo que Olinda estava quase em ruinas, fruto do incêndio provocado pelos holandeses, em 1631 (ACIOLI, 1997, p. 83-84).

Esse fato caracterizou-se como a primeira manifestação de autonomia de um povo, que defendiam seus interesses locais com prioridade àqueles defendidos pelo governo geral (ACIOLI, 1997, p. 86).

O desfecho da disputa do cabo de guerra só veio sete anos depois, com o veredito da rainha Maria I em favor de André Vidal com sérias reprimendas dirigidas a Francisco Barreto (idem, ibidem, p. 88).

A chegada da família real ao Brasil, em 1808, atiçou ainda mais o sensor reacionário dos vassalos da capitania de Pernambuco. O aumento da carga tributária, para financiar os luxos da família real e as campanhas militares; a distribuição de cargos importantes da administração civil e militar aos portugueses, desprestigiando a elite local e a criação de taxas extras para financiar a iluminação da cidade do Rio de Janeiro encabeçam os motivos da insatisfação do povo, especialmente dos senhores de engenho, que contavam ainda com o apoio irrestrito do governo local (ACIOLI, 1997, P. 140-141). Some a isso a insatisfação dos militares com o não-pagamento dos seus soldos ou, quando menos, o pagamento de valores irrisórios e insuficientes para suas subsistências e de suas famílias. Esses conflitos de interesses reacenderam a chama o desejo de lutar dos pernambucanos, que culminou na Revolução Pernambucana de 1817 (ACIOLI, 1997, P. 155; LIMA, 1996, P. 504).

Nas províncias de São Paulo e das Minas Gerais a notícia da chegada da corte ao Rio de Janeiro foi recebida com muita euforia. Promoveram festas, procissões, folguedos para comemorar a novidade. Naquelas paragens já circulavam as notícias das guerras e das

invasões, na Europa e na América espanhola e a chegada do monarca ao Brasil trazia alento aos vassalos. Os deslocamentos de pessoas com destino à cidade do Rio de Janeiro para ver de perto e experimentar as novidades aumentaram significativamente a circulação de pessoas nas ruas acanhadas da capital do império (LIMA, 1996, pp. 88-90).

À guisa de conclusão, temos que o poder é um elo sempre presente em todos os tipos de relações, desde as mais simples às mais sofisticada. Há vários níveis e qualidades de poder que se ramificam e se transformam de acordo com a posição de cada sujeito na sociedade ou no seu grupo de interesse.

O poder soberano ou o poder do soberano são coisas distintas: o primeiro sequer existe enquanto poder, pois a considerar sua existência, estar-se-ia negando a presença de teias de relações de poder, existentes nas mais variadas relações sociais; quanto ao segundo, é inegável sua existência, mas embora possa ser considerado o pode mais qualificado, mais valioso na trama de relações de pode, ele jamais será o único. O soberano, para bem exercer o seu poder, se ver tentado a delegar parte desse poder a pessoas da sua confiança. Ao delegar, acaba por criar novas categorias de poder inferior em amplitude e em qualidade ao seu. O poder delegado constitui-se em outro poder.

Referências:

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.

CABRAL, Flávio José Gomes. Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.

FOUCAULT, Michel. Conceitos fundamentais. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LIMA, M. de Oliveira. D. João VI no Brasil, Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, 4ª ed.

TOLLENARE, Louis-François. Notas dominicais, Recife: Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, 1978.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil. SãoPaulo: Edições Melhoramentos, 6ª ed. 1956.